



abralic

experiências literárias textualidades contemporâneas

MADAME DE STAËL E O TERROR: UMA OBJEÇÃO À PERFECTIBILIDADE?

Luiza Duarte Caetano (UFMG)

Resumo: No século XIX e, principalmente, nos períodos mais agitados pelas revoluções, literatura e política dificilmente se separam. Ainda assim, Madame de Staël é uma autora frequentemente lembrada apenas por sua contribuição para a crítica e a estética do romantismo francês por meio de dois de seus livros, *De la littérature* (1800) e *De l'Allemagne* (1810). Este trabalho se propõe a ir um pouco mais fundo nos escritos de Staël, iluminando aqueles carros-chefes de sua obra sob a ótica das ideias expostas nas *Réflexions sur le procès de la Reine* (1793), nas *Réflexions sur la paix* (1794) e no *Essai sur les fictions* (1795). Por meio da luz lançada por estes dois primeiros artigos, de motivação estritamente política, e pelo terceiro, mais propriamente voltado para a teoria poética, pretende-se explorar a solução proposta por Staël para terminar a Revolução — transformada, para a autora, em uma monstruosidade inexplicável a partir do início do Terror — sem abrir mão da filosofia das Luzes (da qual faz parte a perfectibilidade) e do ideal republicano. A hipótese aqui discutida é a de que, embora concorde com a solução acatada pelos intelectuais após a Restauração de retirar a política do domínio das paixões, para o qual a levaram as ideias do XVIII, Madame de Staël não vê essa saída como definitiva. Como procurarei demonstrar, ela parece sugerir, no lugar disso, que o pensamento filosófico e a instauração da República possam manter-se no horizonte da França através da literatura, mais especificamente do romance da vida privada e de sua influência sobre o indivíduo.

Palavras-chave: Madame de Staël. Revolução Francesa. Terror. Romance. Filosofia das Luzes. Ideal republicano.

Madame de Staël é conhecida na historiografia literária por seu papel inovador na introdução do romantismo alemão na França (LANSON, 1923, p. 211). No campo político, entretanto, Staël é por vezes vista como conservadora, tanto por sua afinidade com a monarquia inglesa e o partido dos moderados, quanto por concordar com a opinião, majoritária entre os intelectuais da época, de que terminar a Revolução deveria ser prioridade após o início do Terror (ROSANVALLON, 1985, p. 16).

Apesar disso, em algumas de suas obras — em particular *Réflexions sur le procès de la Reine* [Reflexões sobre o processo da Rainha], de 1793, *Réflexions sur la*

paix adressées à M. Pitt e aux français [Reflexões sobre a paz endereçadas ao Sr. Pitt e aos franceses], de 1794, *Essai sur les fictions* [Ensaio sobre as ficções], de 1795 e *De la littérature* [Da literatura], de 1800 —, nota-se que a autora não apenas não se subscreve completamente às ideias políticas predominantes entre os moderados em cada um desses anos como, ainda, propõe uma saída alternativa em longo prazo para a Revolução. Minha hipótese é de que sua solução envolve aperfeiçoar a filosofia das Luzes por meio da literatura, em especial pelo romance da vida privada cujos modelos encontram-se em autores como Goethe, Rousseau e Richardson, até que as circunstâncias permitam a instauração de uma república na França.

No intuito de fundamentar essa hipótese, procurarei elucidar, em primeiro lugar, as ideias com as quais Staël concorda em parte (a saber, o descrédito em que caiu a filosofia do século XVIII durante e após o Terror, assim como a necessidade de se terminar a Revolução por meio da retirada da política do domínio das paixões). Em seguida, mostrarei em que a autora se distancia dessas opiniões para, por fim, apresentar sua proposta de manutenção dos ideais das Luzes e do projeto republicano através da literatura.

1.

Embora defenda os ideais filosóficos nos quais se funda a Revolução, tendo sido inclusive entusiasta do movimento em seus primeiros anos (BALAYÉ, 1979, p. 36), Madame de Staël não tarda, como outros intelectuais da época, a questionar o rumo tomado pelos acontecimentos políticos na França, principalmente a partir da execução de Luís XVI e do início do Terror. Nas *Réflexions sur le procès de la Reine*, de agosto de 1793, em que argumenta contra a condenação de Maria Antonieta afirmando que este seria “um crime inútil, e por isso mesmo, tanto mais degradante” (STAËL, 1871, p. 29, tradução minha¹), Madame de Staël lamenta “a embriaguez em que mergulhou a revolução”, e se dirigindo diretamente aos franceses, diz: “vocês governam pela morte. A força que falta à natureza do seu governo, vocês a encontram no terror, e lá onde antes existia um trono, vocês ergueram um patíbulo” (STAËL, 1871, p. 30).

¹ Todas as traduções das citações neste artigo são de minha responsabilidade.

Mais tarde, nas *Réflexions sur la paix adressées a M. Pitt e aux français*, do final de 1794, em um apelo a seus compatriotas e ao primeiro ministro britânico para encerrar a guerra da Primeira Coalizão, Staël começa a questionar a própria possibilidade de se fundar uma república na França, defendendo, antes dela, a urgência do restabelecimento da paz e da ordem social. A autora acredita que a situação é tão grave que a prioridade do governo passou a ser unicamente a de, em suas palavras, “proteger os homens do machado do assassino” (STAËL, 1871, p. 43). Como consequência, Staël se mostra a favor do adiamento da implantação da república a fim de encerrar o processo revolucionário e, assim, evitar a “destruição da França” objetivada, segundo ela, por todos os outros partidos, que não o dos moderados (STAËL, 1871, p. 41):

Não se pede mais nada ao governo além do objeto de todos os governos, a segurança das propriedades e das pessoas; e os partidários da monarquia limitada, os únicos fora da França que ainda são ouvidos dentro da França, não fazem da realeza uma religião, mas um princípio, apoiam-na unicamente em nome do interesse geral, e só combatem a república buscando demonstrar a impossibilidade de fundá-la e mantê-la pela justiça e pela liberdade. (STAËL, 1871, p. 43)

Staël chega a ceder ao descrédito em que cai a filosofia após 93 quando afirma, no prefácio às *Réflexions sur la paix*, perguntar-se “o que pode valer um livro em meio aos furores da vingança e do ódio”, bem como reprimir-se, durante o reino de Robespierre, “até mesmo o pensamento, como demasiado independente da dor” (STAËL, 1871, p. 33).

Com efeito, o pensamento e a filosofia do XVIII tornam-se causa de suspeita e desconfiança, como ilustra a anedota de Rosanvallon, em *Le moment Guizot* [O momento Guizot]: “diziam naquele tempo a M. Siyès: O que você pensa? – Eu não penso, respondia o velho metafísico aborrecido e intimidado”. (ROSANVALLON, 1985, p. 17) Em *De la littérature*, de 1800, no contexto do novo golpe à Revolução e à filosofia das Luzes engendrado pelo 18 de Brumário, Staël tenta esclarecer esse processo citando a criação da Lei do 22 de Prairial²:

² A Lei do 22 de Prairial eliminava defesa, testemunhas e instrução prévia nos processos do Tribunal Revolucionário, cabendo aos jurados julgar os réus sem intervenção desses instrumentos de defesa daqueles. (STAËL, 1991, p. 431)

‘A lei, diz Couthon, propondo a do 22 de Prairial, concede como defensores dos inocentes, jurados patriotas; ela não concede nenhum aos conspiradores’. Não há, nessa máxima, todas as partes do discurso, suficientemente bem-coordenadas? e é possível, no entanto, reunir em tão poucas palavras absurdos tão atrozes? [...] O raciocínio se torna então a arma do crime e da ignorância, o charlatanismo das formas abstratas se une aos furores da perseguição, e o homem combina, em uma mistura monstruosa, tudo o que a superstição tem de furioso com tudo o que a filosofia tem de árida. (STAËL, 1991, p. 373)

Precursora da tendência de transferência da política do domínio das paixões para o da razão, Staël já sugere em *De la littérature* uma solução, abundante na literatura do início da Restauração (ROSANVALLON, 1985, p. 20, 21), pela via das ciências exatas:

é portanto aplicando tanto quanto possível a filosofia das ciências positivas à filosofia das ideias intelectuais que poderemos fazer progressos úteis na carreira moral e política, cuja rota as paixões não param de obstruir. (STAËL, 1991, p. 364)

Entretanto, ainda que Madame de Staël pareça, a princípio, fazer concessão a essas ideias dominantes da época — isto é, o descrédito da filosofia, a suspensão do projeto republicano e a passagem da política para o domínio das ciências exatas —, sua proposta não se encerra aí.

2.

No mesmo capítulo em que sugere a saída pela “cientifização” da política (a saber, o capítulo VI da Segunda parte de *De la littérature*, “De la philosophie”³), Madame de Staël ressalta, por outro lado, que este não é o caminho definitivo que deve trilhar o pensamento a partir de então. Em primeiro lugar, porque “os progressos das ciências [exatas] fazem necessários os progressos da moral; pois ao se aumentar o poder do homem, é preciso fortificar o freio que o impede de abusar dele” (STAËL, 1991, p. 62). Em segundo lugar, porque a função desse processo é apenas garantir a sobrevivência da filosofia até que o contexto histórico permita que ela volte a influenciar a política sem interferência das paixões:

Os pensadores, acudados de todos os lados pela loucura do espírito de partido, se agarram a esses estudos [das ciências positivas]; e como o poder da razão é sempre o mesmo, não importa a que objeto ela se

³ Aqui, Staël discorre, inclusive, sobre a possibilidade de se traçar uma espécie de análise combinatória dos fatos conhecidos para prever as consequências de determinadas circunstâncias históricas (STAËL, 1991, p. 371).

aplique, o espírito humano, que estaria talvez ameaçado de decadência se tivesse tido por alimento apenas as querelas das facções, o espírito humano se conserva pelas ciências exatas, até que se possa aplicar de novo a força do pensamento aos objetos que interessam à glória e à felicidade das sociedades”. (STAËL, 1991, p. 364)

A própria afinidade de Staël com o sistema monárquico inglês e sua opinião de que os partidários da monarquia limitada podem contribuir para a paz na Europa e o término da Revolução não implica que a autora seja contrária ao modelo republicano. Trata-se, aqui também, de uma solução provisória: em *De la littérature*, Staël explica que “na política, os acontecimentos ultrapassaram as ideias” (STAËL, 1991, p. 365), assim, se é preciso desacelerar o passo dos eventos, não se deve perder de vista o horizonte almejado. No lugar de abandonar o ideal republicano, sua ideia é, talvez, esperar até que a maneira pela qual ele pode ser aplicado “pela justiça e liberdade” (STAËL, 1871, p. 43) seja desvendada:

Enfim, se, na paz, os franceses não conseguirem, não souberem fundar sua república sobre verdadeiras bases sociais, as convulsões de que serão dilacerados inspirarão o horror por sua situação [...], a impossibilidade da república levará os franceses de volta a seu primeiro voto, a monarquia limitada. Se ao contrário o partido dos moderados triunfa, se é possível que se encontre na constituição americana uma forma de república verdadeiramente aplicável, os princípios da justiça universal, as virtudes mais austeras de uma república se estabelecerão na França. (STAËL, 1871, p. 39)

Madame de Staël se encontra aí diante de um impasse: ela concorda, sem dúvida, que as atrocidades em que culminou a Revolução exigem soluções drásticas e urgentes, todavia, não vê nisso causa para abandonar os projetos filosóficos do XVIII nem para isolar por completo o reino das paixões. Reconhecendo que “é da natureza mesmo de uma revolução parar por alguns anos o progresso das luzes, e dar-lhe a seguir uma impulsão nova” (STAËL, 1991, p. 299), a proposta de Staël une filosofia e paixões no romance da vida privada a fim de “esclarecer” da maneira mais eficaz possível.

3.

Na introdução a seu *Essai sur les fictions*, de 1795, Madame de Staël diz ter por objetivo mostrar que “os romances que pintam a vida tal qual ela é [...] seriam o mais útil de todos os tipos de ficção” (STAËL, 1795, p. 18). Cabe ressaltar que o termo “ficções”, aqui, é empregado pela autora em um sentido bastante amplo. De fato, ela expõe, nas duas primeiras partes do texto, uma espécie de panorama dos gêneros literários desde a Antiguidade, partindo do que chama de ficções maravilhosas ou

alegóricas, passando pelas ficções históricas (nas quais inclui a tragédia e o romance histórico) até chegar ao romance que denomina “moderno” (STAËL, 1795, p. 40).

Não obstante esse adjetivo, permanece, ao longo do texto, o argumento da utilidade como legitimação da literatura, razão pela qual Staël explica, sobre as ficções, que “quando só falam aos olhos, não fazem mais que entreter; mas têm uma grande influência sobre todas as ideias morais quando emocionam o coração; e esse talento é talvez o meio mais poderoso de dirigir ou de esclarecer”. (STAËL, 1795, p. 16) O objetivo, portanto, continua idêntico àquele já vigente no sistema clássico: emocionar para esclarecer; porém, a maneira segundo a qual esses dois elementos se relacionam para atingi-lo — o *modus operandi*, por assim dizer, do romance “moderno” de que fala Staël — é que difere do que fora praticado até então na França.

De acordo com a autora, nem os romances filosóficos — como *Candide*, *Zadig* e *Memnon*, de Voltaire (STAËL, 1795, p. 40) — nem a tragédia clássica têm o mesmo potencial do romance cujo modelo se encontra nas literaturas do Norte. Os primeiros porque funcionam quase como uma espécie de professor infantilizado, que subestima a capacidade de compreensão da realidade de seus alunos:

Esses romances têm um pouco o inconveniente dos professores que relacionam tudo o que acontece com a lição que querem dar, de modo que as crianças, sem se darem conta, já sabem que há menos regularidade na verdadeira marcha dos acontecimentos (STAËL, 1795, p. 41).

Próximos das máximas de moral, os romances filosóficos combatem as paixões que o romance moderno, ao contrário, usa em seu favor:

Os romances têm o direito de oferecer a moral mais austera, sem que o coração se revolte; eles cativam, o que por si só advoga com sucesso pela indulgência, o sentimento; enquanto os livros de moral em suas máximas rigorosas são muitas vezes combatidos vitoriosamente pela misericórdia face à desgraça, ou o interesse pela paixão, os bons romances têm a arte de colocar essa emoção mesma em seu favor, fazendo-a servir a seu fim (STAËL, 1795, p. 55).

Já as tragédias, ainda que também saibam fazer uso das paixões, perdem para o romance pela distância de suas lições com o indivíduo:

O teatro é a vida nobre, mas ele deve ser a vida [...]. Não igualaremos jamais, no tipo de belezas ideias, nossos primeiros trágicos. É preciso tentar então, com a medida da razão, com a sabedoria do espírito, servir-se mais frequentemente dos meios dramáticos que levam os homens a suas próprias lembranças, pois nada não os comove tão profundamente. (STAËL, 1991, p. 353, 354)

Logo, a vantagem do romance “moderno”, dentre os quais Staël destaca *Werther*, *Clarissa* e *La nouvelle Héloïse*, entre outros (1795, p. 58), está no fato de “tirarem seus sentimentos com tal força da natureza” que — à maneira, talvez, do “*miroir qu’on promène*” de Stendhal (STENDHAL, 2000, p. 479) — o leitor “acredita frequentemente que [o romance] endereça-se a ele, com o simples cuidado de trocar os nomes próprios” (STAËL, 1795, p. 41). Como nas tragédias de Shakespeare, de que Staël fala em *Da literatura*, esses romances “interessam-nos não pelo grande homem, mas pelo homem; não são sentimentos que fazem parte da convenção trágica aquilo que nos emociona, mas sim uma impressão tão próxima das impressões da vida, que a ilusão é ainda maior” (STAËL, 1991, p. 219).

Se no *Essai sur les fictions* Staël afirma que a moralidade da História “só pode existir em massa”, posto que “não é aos indivíduos, mas aos povos que suas lições são constantemente aplicáveis” (STAËL, 1795, p. 46), é porque nas *Réflexions sur le procès de la Reine*, dois anos antes, a escritora já notava o efeito das paixões que afetam os homens individualmente (por oposição aos povos e às nações) quando afirmava que “o que dobra a força das tropas francesas há um ano, o que torna as guerras civis mais sangrentas que todas as outras, é que cada soldado faz mais que obedecer, ele combate por impulso próprio, pelo sucesso de seu próprio sentimento individual” (STAËL, 1871, p. 29).

Diante disso e face ao impasse enfrentado pela autora ao reconhecer parte da culpa pelo desfecho trágico de 1793 nas paixões e na filosofia, Madame de Staël sugere que estas ajam sobre a política indiretamente, por via da literatura, visto que as ciências exatas, por si só, não são suficientes para a manutenção da liberdade, mesmo que contribuam para o estabelecimento da paz em curto prazo:

Entre todos os desenvolvimentos do espírito humano, é a literatura filosófica, é a eloquência e o raciocínio, que eu considero como a verdadeira garantia da liberdade. As ciências e as artes são uma parte muito importante dos trabalhos intelectuais; mas suas descobertas e seu sucesso não exercem nenhuma influência imediata sobre essa opinião pública que decide o destino das nações. (STAËL, 1991, p. 78)

Por fim, além de sua influência “sobre a moral dos indivíduos, que deve formar em seguida os costumes públicos” (STAËL, 1795, p. 42), Staël destaca ainda a afinidade dessa literatura “dos sujeitos comuns” com a república, em contraste com a literatura clássica no Antigo Regime. Comparando França e Inglaterra, ela escreve: “a

monarquia mais aristocrática e a constituição monárquica mais republicana em seus hábitos me pareceram a origem primeira das diferenças mais impressionantes entre a literatura inglesa e a literatura francesa” (STAËL, 1991, p. 299). No capítulo sobre Shakespeare de *De la littérature*, diz que suas tragédias têm mais poder sobre um povo que se tornou livre do que aquelas de Racine, referência do apogeu estético do século de Luís XIV (STAËL, 1991, p. 217). Adiante, ao falar das convenções do teatro clássico na França, afirma:

Eu não sei se o próprio retrato da glória agitaria os espectadores republicanos tanto quanto a pintura das emoções que afetam todo nosso ser por sua analogia com a natureza humana. [...] A natureza das convenções, no teatro, é inseparável da aristocracia das carreiras no governo: não se pode sustentar uma sem a outra. (STAËL, 1991, p. 353, 354)

Livre das convenções limitadoras do teatro (STAËL, 1795, p. 39) e sendo pintura das paixões e “da vida tal qual ela é” (STAËL, 1795, p. 18), o romance “moderno”, da vida privada, com seu modelo na literatura inglesa e seu retrato do homem comum, torna-se assim “o mais útil dos gêneros” não apenas como ferramenta do esclarecimento, isto é, na difusão dos ideais filosóficos das Luzes, como ainda na manutenção da esperança de concretização da república em um futuro menos conturbado pela ação direta das paixões na política.

Conclusão

Apesar de concordar com seus contemporâneos quanto à ideia da cientifização do domínio político como solução para terminar o quanto antes a Revolução, consentindo que os acontecimentos, por interferência das paixões, saíram do controle do que fora imaginado pelo século XVIII, Madame de Staël não condena nem filosofia, nem literatura, assim como não desiste inteiramente do projeto republicano. Ao contrário, a autora procura chamar os pensadores a não se deixarem abater (1991, p. 66, 67) para “buscar um futuro [ao espírito humano] nas produções literárias e nas ideias filosóficas”, as quais poderão “um dia ser aplicadas às instituições com mais maturidade” (STAËL, 1991, p. 301).

Referências

BALAYÉ, Simone. Le dossier Staël. In: *Romantisme*, 1978, n°20. *Le romantisme allemand*. p. 101-109. <
http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/roman_0048-8593_1978_num_8_20_5183>, acesso em 18 de fevereiro de 2014.

BALAYÉ, Simone. *Madame de Staël : lumières et liberté*. Paris: Éditions Klincksieck, 1979.

GENAND, Stéphanie. Introduction générale. In: STAËL, Germaine de. *De la littérature et autres essais*. Volume 1, tome 2. Paris: Honoré-Champion, 2013. P. 7-17

GENAND, Stéphanie. Présentation. In: STAËL, Germaine de. *De la littérature et autres essais*. Volume 1, tome 2. Paris: Honoré-Champion, 2013. P. 21-37.

GOLDZINK, Jean. Présentation. In: STAËL, Germaine de. *De la littérature et autres essais*. Volume 1, tome 2. Paris: Honoré-Champion, 2013. P. 69-100

LANSON, Gustave. Madame de Staël. In: LANSON, G. *Histoire illustrée de la littérature française*. Volume II. Paris: Hachette, 1923. P. 211-219.

ROSANVALLON, Pierre. *Le moment Guizot*. Paris: Gallimard, 1985. P. 11-31.

STAËL, Madame de. Essai sur les fictions. In: *Recueil de morceaux détachés*. Paris: Fuchs Libraire. 1795. P. 15-60.

STAËL, Madame de. Réflexions sur le procès de la Reine. In: STAËL. *Œuvres complètes*. Volume 1. Paris: Chez Firmin-Didot Frères, 1871. P. 24-32.

STAËL, Madame de. Réflexions sur la paix adressées à M. Pitt et aux français. In: STAËL. *Œuvres complètes*. Volume 1. Paris: Chez Firmin-Didot Frères, 1871. P. 32-45.

STAËL, Madame de. *De l'Allemagne*. Volumes 1 e 2. Paris: Garnier Flammarion, 1968.

STAËL, Madame de. *De la littérature*. Paris: Flammarion, 1991.

STENDHAL. *Le rouge et le noir*. Paris: Gallimard, 2000.

VAN TIEGHEM, Paul. Introduction. In: STAËL, Madame de. *De la littérature considérée dans ses rapports avec les institutions sociales*. Édition critique. Paris: 1959. P. VII-LXIV.